

A GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA DA TRÍPLICE TRÍADE: pensando o futuro do País

THE GREAT BRAZILIAN TRIPLE TRIAD STRATEGY: thinking about the future of the country

LA GRAN ESTRATEGIA DE LA TRIPLE TRIADA BRASILEÑA: pensando en el futuro del país

Guilherme Sandoval Góes*

RESUMO

O presente artigo apresenta um possível modelo autóctone de Grande Estratégia para o Brasil, com capacidade de articular os elementos do Poder Nacional, a partir dos seus quatro arquétipos geopolíticos fundantes, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, uma superpotência alimentar, uma superpotência aquífera e ambiental (superpotência verde). Para tanto, propõe uma Grande Estratégia do Brasil para o século XXI articulando três grandes tríades a saber: tríade sul-americana, tríade atlântica e tríade do poder central. Com isso, colima-se demonstrar que tal estratégia será capaz de realizar o imperativo categórico da geopolítica brasileira, que posiciona o País entre as cinco maiores potências globais, bem como concretiza os objetivos fundamentais previstos na Constituição, em seu artigo 3º, incisos I a IV.

Palavras-chave: Tríade Sul-americana; Tríade Atlântica; Tríade do Poder Mundial; Núcleos Estratégicos.

ABSTRACT

This article presents a possible indigenous model of Grand Strategy for Brazil, capable of articulating the elements of National Power based on its four foundational geopolitical archetypes, which position Brazil as an energy superpower, a food superpower, a water superpower, and an environmental (green) superpower. To this

* Coordenador do Programa de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (ESG). Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Doutor em Geopolítica, Cultura e Direito pela Universidade da Força Aérea (UNIFA). Professor de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Diplomado pelo Naval War College dos Estados Unidos da América do Norte e Conferencista do William Perry Center dos Estados Unidos. Líder do Grupo de Pesquisa Geopolítica do Brasil (CNPQ) Docente do Programa de Mestrado em Ciências Aeronáuticas da UNIFA. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2871461339617415> E-mail: guilherme.sandoval@terra.com.br

end, it proposes a Grand Strategy for Brazil for the 21st century, articulating three major triads, namely: the South American triad, the Atlantic triad, and the central power triad. This aims to demonstrate that such a strategy will be able to fulfill the categorical imperative of Brazilian geopolitics, positioning the country among the five largest global powers, as well as achieving the fundamental objectives set forth in the Constitution, in its Article 3, items I to IV.

Keywords: South American Triad; Atlantic Triad; World Power Triad; Strategic Nuclei.

RESUMEN

Este artículo presenta un modelo autóctono de Gran Estrategia para Brasil, con capacidad de articular los elementos del Poder Nacional, a partir de sus cuatro arquetipos geopolíticos fundacionales, que posicionan a Brasil como una superpotencia energética, una superpotencia alimentaria, una superpotencia acuifera y ambiental (verde). superpotencia). Para ello, propone una Gran Estrategia para Brasil del siglo XXI, articulando tres grandes tríadas: la tríada sudamericana, la tríada atlántica y la tríada del poder central. Con esto, pretendemos demostrar que tal estrategia será capaz de alcanzar el imperativo categórico de la geopolítica brasileña, que posiciona al país entre las cinco mayores potencias mundiales, además de alcanzar los objetivos fundamentales establecidos en la Constitución, en su artículo 3, puntos I a IV.

Palabras clave: Tríada Sudamericana; Tríada Atlántica; Tríada del Poder Mundial; Núcleos Estratégicos.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado com o propósito de apresentar uma análise crítica sobre a inexistência de uma “Grande Estratégia brasileira” para o século XXI.

Fatalmente, ainda não se observa no Brasil um pensamento científico autônomo, que sirva de base para a construção dessa Grande Estratégia para o País. Na verdade, isto ocorre em virtude da falta de estudos multidisciplinares envolvendo a ciência política, as relações internacionais, os estudos estratégicos de defesa, a economia, a sociologia e, principalmente, a geopolítica e o direito.¹

De rigor, uma grande Estratégia Nacional, para além da dimensão geopolítica, não deixa de ser também uma questão constitucional. Na perspectiva do Estado

1 Nesse sentido, podemos definir o geodireito como o ramo do conhecimento científico que visa sistematizar as relações entre a Constituição Federal e a Grande Estratégia nacional, esclarecendo seus vínculos e avaliando os seus resultados e aplicações em termos de desenvolvimento nacional e plena efetividade dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro no âmbito de um verdadeiro Estado Democráticos de Direito (Góes, 2008, p. 38).

Democrático, se, por um lado, é a Constituição que condiciona as ações estratégicas do Estado brasileiro, por outro, é a Grande Estratégia que realiza os objetivos fundamentais previstos na Constituição, em seu artigo 3º, incisos I a IV. (Brasil, 2024).²

Assim, Constituição e Grande Estratégia são faces de uma mesma moeda, que devem andar juntas e conectadas na consecução dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro. No entanto, no Brasil, há uma tendência de descompasso entre a aplicação da Constituição e a formulação de ações estratégicas voltadas para o desenvolvimento nacional. Gilberto Bercovici (2003, p. 79), com precisão, mostra que:

Outra questão que ignoramos ultimamente é a questão do desenvolvimento. Sem um Estado que promova uma efetiva política de desenvolvimento, podemos colocar o que quisermos na Constituição, e, infelizmente, estaremos condenados a ficar denunciando o fato de a Constituição prevê algo que na realidade não se concretiza.

Observa-se que o Brasil enfrenta grandes dificuldades para desenvolver ciência própria voltada ao desenvolvimento nacional, o que impede a transformação de seu grande potencial em poder real do Estado. Isso, evidentemente, dificulta a construção de um pensamento autônomo focado na importância político-estratégica do Brasil, especialmente em tempos de reconfiguração da ordem mundial pós-Guerra Rússia versus Ucrânia e pós-Conflito Hamas versus Israel.

O grande desafio da academia brasileira hoje é articular as relações científicas entre a “Grande Estratégia” e a “Constituição”, de modo a encontrar o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento nacional e os demais valores constitucionais, aí incluída a proteção ao meio ambiente, como, por exemplo, a exploração da margem equatorial, ou, ainda, a importante ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara e os legítimos direitos quilombolas.

Sem essa compreensão, o Brasil continuará se afastando de seu grande **imperativo categórico** de estar entre as cinco maiores potências do mundo, como se tentará demonstrar ao longo deste trabalho acadêmico, com base na teoria do poder perceptível de Ray Cline (1975).

Portanto, é essencial formular uma Grande Estratégia que articule todos os elementos do poder nacional, como os estabelecimentos empresariais e industriais; as universidades e os centros de pesquisa; e as próprias entidades governamentais, aqui denominados núcleos estratégicos do Estado brasileiro, os verdadeiros vetores do desenvolvimento nacional.

2 Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro são: a) construir uma sociedade livre, justa e solidária; b) garantir o desenvolvimento nacional; c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 2024, p. 4).

É tempo, pois, de rejeitar a submissão geopolítica do Brasil aos centros mundiais de poder e de refutar alinhamentos automáticos e subservientes feitos acriticamente.

Ao contrário, o Brasil pode e deve buscar a realização dos objetivos fundamentais constitucionais a partir da ampliação desses seus núcleos estratégicos de desenvolvimento (NED), aqui definidos como todos aqueles atores, entes, empresas ou segmentos, privados ou estatais, quer sejam econômicos, comerciais, tecnológicos, acadêmicos, científicos, financeiros, normativos/reguladores ou industriais, desde que sejam capazes de participar eficazmente da competição internacional sob os influxos das cadeias globais de produção, conhecimento e valor, com ou sem investimento por parte do Estado brasileiro.(Góes, 2022).

À luz disso, é imperioso dar-se conta de que a “Grande Estratégia” é a principal via de concretização dos objetivos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Para alcançar tais objetivos, é preciso imprimir a digital estratégica ao Estado Democrático de Direito a partir da inclusão da questão do desenvolvimento nacional no processo de ponderação com outros valores constitucionais de mesma dignidade normativa.

Com a devida sensibilidade acadêmica, o leitor haverá de concordar que cabe à Constituição de 1988 moldar a vida dos fatos, e, não, apenas, regulamentá-la. Portanto, a falta de visão estratégica dos membros dos três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e, mais intensamente, ainda, a inexistência de uma Grande Estratégia Nacional, podem impactar negativa e diretamente a vida de todos os brasileiros.

Urge, portanto, ao estrategista brasileiro formular uma Estratégia de Segurança Nacional, que saiba articular os elementos do Poder Nacional, transformando poder potencial em poder real e projetando o País no concerto das nações, notadamente a partir dos seus **quatro arquétipos geopolíticos fundantes**, que posicionam o Brasil como uma superpotência energética, uma superpotência alimentar, uma superpotência aquífera e ambiental (superpotência verde) (Góes, 2020).

E, sendo assim, este trabalho propõe-se a apresentar as bases fundantes dessa estratégia a partir da vitalidade e expansão dos núcleos estratégicos brasileiros, garantindo-lhes competitividade nas cadeias mundiais de valor e inovação tecnológica.

Para tanto, vai propor um modelo autóctone de Grande Estratégia a partir de três grandes tríades a saber: tríade sul-americana, tríade atlântica e tríade de poder central.³

Na primeira tríade, defende-se a tese de que a *América do Sul* é o natural *lebensraum* brasileiro, isto é, o espaço vital para o fortalecimento da posição internacional do Brasil na ordem mundial pós-moderna em construção.

3 É por isso que, em sentido acadêmico, ganha relevância a teorização feita pelo Coronel Roberto Machado de Oliveira Mafra, da Escola Superior de Guerra, ao engendrar a sua Teoria do Quaternio. Seu grande mérito repousa na ideia-força de que o Brasil e os demais países latino-americanos não devem aceitar tratamento inferiorizado por parte dos demais blocos ou lideranças mundiais (2006, p. 197).

Nesse sentido, o Brasil é o único país com dimensão geopolítica suficiente para exercer a liderança regional, traçando um futuro autônomo para o mundo sul-americano.

O apotegma é simples: “Ou o Brasil assume sua natural liderança na América do Sul, ou então se subordina geopoliticamente a um ou mais centros de poder, principalmente China ou Estados Unidos”.

Em consequência, o desafio especial da Grande Estratégia brasileira é interligar os três principais conjuntos geopolíticos do cenário sul-americano: Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul. No âmbito dessa tríade, também se examina a perspectiva da saída brasileira para o Oceano Pacífico.

A segunda tríade da Grande Estratégia brasileira é a tríade atlântica, aqui vislumbrada como a base fundante da oceanopolítica brasileira.

Tal tríade estratégica engloba a Amazônia Azul, a projeção brasileira para a África Ocidental e para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Frente Antártica.

Da mesma forma que a tríade sul-americana projeta a saída brasileira para o Pacífico, a tríade atlântica também embute a projeção brasileira para o Oceano Ártico.

A tríade atlântica reveste-se de especial importância no âmbito da complexa reconfiguração energética mundial, que se destaca não apenas pela diversificação de matrizes verdes, mas, também, pelo jogo geopolítico de disputas pelo controle do mercado mundial de energia entre grandes organizações privadas e estatais, núcleos estratégicos dos seus respectivos países de origem.

Levando-se em consideração que a oceanopolítica é a geopolítica mundial dos oceanos, pode-se inferir que a oceanopolítica brasileira é a geopolítica do uso do mar como instrumento de desenvolvimento nacional do Brasil.

Sob a égide da tríade atlântica, a Grande Estratégia brasileira vai examinar as perspectivas atreladas aos quatro arquétipos fundantes da geopolítica brasileira, notadamente nos campos da energia e ambiental (biodiversidade).

Finalmente, a terceira tríade, denominada tríade do poder mundial, que se conecta com as relações estratégicas com Estados Unidos, Europa e China, sem desconsiderar, entretanto, as demais potências, notadamente, Índia, Rússia e Japão.

No plano global, a tão sonhada inserção competitiva das organizações empresariais e industriais brasileiras nas cadeias de suprimentos, produção e inovação seria alcançada a partir de linha de frente tripla apontando para os Estados Unidos, Europa e Ásia, especialmente a China.

O eixo central da tríade do poder mundial, também denominada tríade de influência global, é pensar a Grande Estratégia brasileira de modo independente, sem nenhuma submissão geopolítica a esses três polos hegemônicos.

Com esta perspectiva, a figura abaixo sintetiza as vigas mestras da Grande Estratégia brasileira para o século XXI, destacando a necessidade de fortalecimento da sinergia indústria-universidade-governo.

Figura 1 - Visão ampla da Estratégia Nacional



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Infelizmente, o Brasil nas últimas décadas vem mostrando ser incapaz de engendrar sua Grande Estratégia Nacional, que contemple todas as potencialidades do poder nacional, o que evidentemente o impede de ocupar sua verdadeira posição na ordem geopolítica mundial. Urge, pois, debater e retomar o caminho do bem-estar da sociedade brasileira a partir de uma Grande Estratégia genuinamente brasileira.

Enfim, este é o espectro temático do presente artigo.

2 O CONCEITO DE ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL NA PERSPECTIVA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Antes de analisar as bases fundantes de uma possível Grande Estratégia brasileira para o século XXI, é importante destacar que diversos países, *e.g.*, Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido, França, Espanha, não fazem uso do termo Grande Estratégia, mas, sim, Estratégia de Segurança Nacional.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, são as tão propaladas *National Security Strategy* (NSS), que surgiram como uma exigência da Lei de Reorganização do Departamento de Defesa de 1986 (*Goldwater-Nichols Department of Defense Reorganization Act of 1986*), obrigando o Presidente da República a apresentar ao Congresso Nacional a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

Observa-se, nesse sentido, que as NSS americanas se projetam para além das suas próprias fronteiras, com reflexos diretos em relação ao resto do mundo, tal é em essência a gênese de sua construção. É importante notar que as NSS estadunidenses, desde o fim do mundo eurocêntrico, em 1945, até os dias de hoje, vêm transcendendo o escopo de sua simples nacionalidade para se projetarem sobre os demais países, com o objetivo de moldar a ordem mundial.

Há efetivamente um vínculo indissociável entre as NSS americanas e a geopolítica mundial, que, por sua vez, fixa as bases do sistema de governança global.

Com efeito, desde o fim da Guerra Fria, a ordem mundial pós-moderna vem sendo regida pelas estratégias de segurança nacional dos EUA, senão vejamos:

a) surgimento da globalização da economia e da abertura mundial do mercado patrocinadas pela Estratégia do *Engagement and Enlargement* de Bill Clinton (United States of America, 1996);

b) guerra ao terror e o combate ao terrorismo concebidos pela Estratégia *Defending The Nation Against Its Enemies* de George W. Bush (United States of America, 2002);

c) após a crise de 2008, a Estratégia *Nation Renewal and Global Leadership* de Barack Obama (United States of America, 2010), buscando conter a progressão geopolítica chinesa e resgatar a liderança global;

d) A negação da globalização, a repatriação das indústrias e o protecionismo nacionalista americano engendrados pela Estratégia *Making America Great Again* de Donald Trump (United States of America, 2017), explicam a Guerra Comercial com a China, mantida pela Estratégia “Sem Nome” de Joe Biden.

Figura 2 – Estratégias americanas



Fonte: Elaboração do autor (2024).

De tudo se vê, portanto, que a Estratégia de Segurança Nacional foi concebida para ser o documento maior que orienta a consecução dos grandes objetivos nacionais e os altos interesses mundiais dos Estados Unidos, fazendo, pois, coincidir suas políticas interna e externa. Trata-se de uma Grande Estratégia de poder global, que incorpora no seu conteúdo a projeção mundial da economia americana, a amplificação da democracia liberal ao redor do planeta e a manutenção incontestável da sua hegemonia militar.⁴

Em rigor, as NSS americanas, em grande parte, visam aumentar a resiliência, a competitividade internacional e a liderança tecnológica de suas grandes empresas multinacionais, corporações financeiras e comerciais, suas instituições acadêmicas e centros de pesquisa e entidades estatais, todos engajados na corrida pela inovação e tecnologias disruptivas.

Vale, ainda, mencionar que a liderança global dos Estados Unidos no campo da inovação tecnológica só se sustenta com o respectivo controle de grandes cadeias globais de produção, valor e suprimentos; e vice-versa.⁵ (United States of America, 2021, p. 8-9).

É nesse diapasão que, na atual ordem geopolítica pós-moderna, o novo eixo de atrição entre as potências ocidentais lideradas pelos EUA e as potências eurásianas capitaneadas pela China repousa exatamente nessa disputa pelos avanços tecnológicos e, principalmente, pelo controle das grandes cadeias globais de valor e inovação tecnológica. No meio dessa atrição, os países subdesenvolvidos de modernidade tardia, do Sul Global, como, infelizmente, ainda é o caso do Brasil.

4 Como bem destaca Henry Kissinger: O poderio militar americano proporcionou um escudo de segurança para o resto do mundo, tenham seus beneficiários pedido por isso ou não. Sob o guarda-chuva de uma garantia militar americana essencialmente unilateral, grande parte do mundo desenvolvido se somou a este sistema de alianças; os países em desenvolvimento eram protegidos contra uma ameaça que eles às vezes não reconheciam, muito menos admitiam. Uma economia global se desenvolveu e para ela os Estados Unidos contribuíram com financiamentos, mercados e uma grande variedade de inovações. O período que vai de 1948, talvez, até a virada do século marcou um momento fugaz na história humana em que era possível falar de uma incipiente ordem global composta por uma combinação de idealismo americano e dos tradicionais componentes do equilíbrio de poder (Kissinger, 2015, p. 364).

5 É a própria NSS de Biden que destaca a importância da manutenção da sua supremacia científica e tecnológica, quando afirma que: “Mudanças rápidas na tecnologia moldarão todos os aspectos de nossas vidas e nossos interesses nacionais, mas a direção e as consequências da revolução tecnológica permanecem indefinidas [...]. Os Estados Unidos devem reinvestir na manutenção de nossa vantagem científica e tecnológica e, mais uma vez, liderar, trabalhando ao lado de nossos aliados estratégicos para estabelecer as novas regras e práticas que nos permitirão aproveitar as oportunidades que os avanços tecnológicos apresentam”. Texto em inglês: Rapid changes in technology will shape every aspect of our lives and our national interests, but the direction and consequences of the technological revolution remain unsettled. [...] America must reinvest in retaining our scientific and technological edge and once again lead, working alongside our partners to establish the new rules and practices that will allow us to seize the opportunities that advances in technology present (United States of America, 2021, p. 8-9).

Em sentido estratégico, isto significa dizer que não há vácuo de poder na geopolítica e nas relações internacionais, ou seja, sempre haverá algum Estado tentando influir nas grandes decisões internacionais; sempre existirá disputa entre nações hegemônicas versando sobre a resiliência e expansão de suas respectivas corporações supranacionais, por exemplo, a disputa entre as empresas chinesas (Huawei e ZTE) *versus* as empresas Nokia (finlandesa) e Ericsson (sueca) na tecnologia 5G. (Góes, 2022).

Toda a análise até aqui desenvolvida serve para reforçar ainda mais a ideia-força de que, nos Estados Unidos e em muito outros países importantes, o conceito de Segurança Nacional é um todo estratégico que transcende os níveis da Defesa Nacional e da Segurança Pública, galgando mesmo esse patamar de Grande Estratégia, definidora do futuro da nação. Assim, não podemos equiparar uma Estratégia de Segurança Nacional, nos moldes das NSS americanas, com a nossa Estratégia Nacional de Defesa (END) e nem mesmo com a nossa Política de Defesa Nacional (PDN).

De rigor, o que se pretende aqui destacar é que a projeção internacional de um país no concerto das nações é função direta de sua Grande Estratégia, seja qual for a sua designação: Estratégia de Segurança Nacional, Estratégia Global, Estratégia Nacional de Desenvolvimento, Estratégia Geral etc.

Na visão de Richmond Lloyd, ex-Diretor do Curso de Estratégia e Planejamento de Força do *Naval War College* dos Estados Unidos da América, uma Estratégia de Segurança Nacional deve apontar para um projeto nacional de projeção de poder a partir de objetivos bem definidos a alcançar:

Os Estados Unidos continuam a reavaliar suas prioridades nacionais e os elementos fundamentais de sua estratégia de segurança nacional. É importante que a nação aproveite bem este momento, mas para tanto é preciso **qualidade e clareza** na estratégia e nas decisões de planejamento de força. A falta de um conjunto claro de objetivos e de uma estratégia de segurança nacional robusta e focada levará os Estados Unidos a reagir, em vez de controlar, os **eventos do mundo** que são de seu interesse. Confundir tal passo não bastará (Lloyd, 1995, p. 1).

Dessarte, essa é a ideia de Estratégia de Segurança Nacional que impera nos Estados Unidos, superpotência ainda predominante no cenário internacional, mas, que agora se encontra em disputa geopolítica com a China.

A competição sino-americana pelas cadeias globais de valor e pela inovação tecnológica transcende a esfera econômica, configurando-se também como uma disputa geopolítica por poder e influência global. A capacidade de dominar essas

cadeias e tecnologias disruptivas é o fator preponderante para definir qual nação assumirá a liderança da ordem mundial pós-moderna, notadamente na próxima era pós-Guerra da Ucrânia/pós-Conflito Hamas versus Israel.

Logicamente, há que se reconhecer que a projeção internacional de um país do Sul Global, como é o caso do Brasil, não pode aspirar o controle dos eventos mundiais, como destacado por Richmond Lloyd (1995) e, muito menos, ainda, disputar o controle das cadeias de suprimentos, produção e inovação tecnológica em escala planetária.

Em consequência, sustenta-se aqui, que, diferentemente das NSS americanas, o principal desafio da nossa Grande Estratégia Nacional para o século XXI é promover a redução da pobreza e da marginalização, bem como das desigualdades sociais e regionais, dentro de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos do art. 3º, incisos I a IV, da Constituição da República de 1988 (Brasil, 2024).

3 A ESTRATÉGIA BRASILEIRA E A GUERRA JURÍDICA (LAWFARE)

Sem conter qualquer tipo de inclinação ideológica, uma futura Grande Estratégia Nacional deve oferecer à sociedade brasileira um instrumento de garantia de direitos fundamentais, notadamente, dos direitos estatais prestacionais de segunda dimensão, que dependem necessariamente de ações estratégicas do Estado.

Tal Estratégia assume, assim, papel crucial na elaboração de marcos regulatórios de setores estratégicos da economia nacional, como, por exemplo, o regime de transição energética ou a exploração de petróleo na margem equatorial.

Essa cosmovisão mais ampla possibilita ao estrategista pátrio ganhar a capacidade de proteger os legítimos interesses do País dentro de uma ordem mundial complexa, na qual o jogo de poder geopolítico de natureza maquiavélico-hobbesiana prevalece, sob a roupagem de um discurso kantiano-wilsoniano.

No entanto, por detrás desse discurso de bem comum para a humanidade sempre restará uma perspectiva maquiavélico-hobbesiana de interesses egoísticos dos Estados mais ricos, ou seja, o desejo de explorar petróleo, terras raras ou qualquer outro recurso natural de valor no mercado mundial.

Diante disso, os países de modernidade tardia devem ter a capacidade estratégica de perceber tal forma de agir, criando mecanismos de proteção dos seus autênticos interesses vitais. Não convém embarcar acriticamente nesses fluxos cosmopolitas de retórica kantiana, que, na maioria das vezes, nada mais fazem senão agravar ainda mais a pobreza e a exclusão social na periferia do sistema mundial.

É urgente, portanto, estabelecer os alicerces de uma Grande Estratégia Nacional, que leve em conta os impactos da geopolítica global sobre o ordenamento jurídico interno do País, especialmente os marcos regulatórios da sua economia.

O fato surpreendente e desanimador é constatar que as forças desregulamentadoras da economia e da tecnologia, tal qual concebida por Natalino Irti (2007), fazendo uso da chamada guerra jurídica (*lawfare*),⁶ são capazes de desconstruir núcleos estratégicos de um oponente geopolítico, notadamente as organizações empresariais competitivas no mercado global, sem recorrer ao uso da força ou mesmo derramar sequer uma gota de sangue.

Assim, resignificando Carl von Clausewitz, com tintas de estatalidade pós-moderna, e considerando-se a essência do *lawfare*, defende-se aqui a tese de que “o direito passa a ser a continuação da geopolítica por outros meios”.

Em linhas gerais, o *lawfare* é a nova forma de conflito geopolítico na pós-modernidade, na qual o direito é usado como arma de guerra para destruir a hélice tríplice do inimigo (interações universidade-indústria-governo).

Nesse contexto, ações jurídicas substituem as ações das forças armadas para alcançar objetivos fundamentais do Estado, sejam eles de natureza política, econômica, militar, psicossocial ou científico-tecnológica.

Em resumo, a guerra jurídica representa uma nova dimensão da polemologia (estudo científico das guerras e seus efeitos, formas, causas e funções enquanto fenômeno social), na qual o direito e a geopolítica se entrelaçam, e sua compreensão é essencial para a formulação da Grande Estratégia do Brasil.

Com essa visão alargada do *lawfare*, é importante agora examinar os desafios e oportunidades que se apresentam ao desenvolvimento estratégico do Brasil sem desvio dos princípios da ordem democrática.

4 BASES TEÓRICAS DA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA

Em linhas gerais, a Grande Estratégia Nacional do Brasil tem três premissas básicas, a saber:

- a) a primeira premissa é que seus objetivos inerentes são os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil já devidamente catalogados na nossa Constituição, ou seja, os objetivos da Grande Estratégia brasileira são os objetivos previstos no artigo 3º, incisos I a IV, da CRFB/88;

6 A nosso sentir, *LAWFARE* nada mais representa do que um dos segmentos epistêmicos do geodireito (ramo da ciência que estuda as conexões científicas entre a geopolítica e o direito). Trata-se de uma das vertentes da quarta geração de guerra, na qual o direito, dentre outros meios, é usado como arma de guerra para obter um determinado objetivo geopolítico ou estratégico ou político, a partir da destruição ou redução da hélice tríplice (empresas-universidades-governo) de um oponente.

- b) a segunda premissa é que a Grande Estratégia deve ser formulada com o compromisso inafastável de concretizar o imperativo categórico da geopolítica brasileira: elevar nossa Nação a uma posição de destaque entre as cinco maiores potências do globo;
- c) a terceira premissa reside na priorização das ações estratégicas intrinsecamente vinculadas aos nossos quatro grandes arquétipos geopolíticos, os quais conferem ao Brasil a condição de superpotência nos âmbitos energético, alimentar, ambiental e aquífero.

Com relação à primeira premissa, como já exaustivamente examinado, diferentemente das potências globais, notadamente EUA e China, cuja lógica de construção de suas grandes estratégias é a busca de liderança mundial a partir de influência, controle e hegemonia nos mercados globais, a Grande Estratégia brasileira deve concentrar-se na consecução dos objetivos fundamentais constitucionais.

É de assinalar ainda, que, na visão de Golbery do Couto e Silva (1981), os objetivos nacionais permanentes (ONP) seriam aqueles que se mantêm constantes ao longo do tempo, tais como soberania nacional, segurança nacional, unidade nacional e desenvolvimento sustentável. Lado outro, os objetivos nacionais atuais seriam aqueles que refletem as necessidades e prioridades específicas de um determinado período.

Tal concepção de objetivos nacionais foi muito debatida e até mesmo criticada, tendo em vista a sua ligação com o binômio segurança-desenvolvimento e sua possível contradição com regime político democrático.

Por sua vez, em lado oposto, Meira Mattos apresenta um grande diferencial, uma vez que, para além de atualizar os pensamentos de seus antecessores, especialmente Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva, já apresentava a concepção democrática da geopolítica e a busca da dignidade humana, desde o fim século passado. Eis aqui o grande legado acadêmico de Meira Mattos, que chega até o século XXI.⁷

Com as próprias palavras de Meira Mattos: nosso conceito de desenvolvimento é o democrático e encontra raízes na filosofia cristã. O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser

7 Na sua obra *A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva; Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*, Jorge Manuel da Costa Freitas destaca que “Considerado por Kelly (1988) como “a autoridade máxima em Geopolítica na América do Sul”, às suas teses Carlos de Meira Mattos, como parte integrante da Escola Brasileira, não deixa de incorporar o legado dos founding fathers (sua base axiológica), moldando-o, todavia, conforme a sociedade brasileira [...]. [Nesse sentido], Meira Mattos faz uso da expressão desenvolvimento democrático num sentido mais amplo de geopolítica da democracia. (Freitas, 2004, p. 64-65).

autêntico deve ser integral, quer dizer promover todos os homens e o homem todo (Mattos, 1975).

Assim, levando-se em consideração os conceitos de objetivos nacionais permanentes e de Conceito Estratégico Nacional de Golbery do Couto e Silva em conjunção com as ideias de geopolítica da democracia e busca da dignidade humana de Meira Mattos, defende-se aqui a tese de que a Grande Estratégia do País tem a missão de concretizar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, já devidamente catalogados na Constituição de 1988, em seu artigo 3º, incisos I a IV.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, sistemicamente, a primeira premissa da Grande Estratégia brasileira para o Século XXI é estabelecer como seus objetivos inerentes os mesmos objetivos fundamentais constitucionais.

Essa primeira premissa é muito importante porque projeta a imagem de que a formulação da Grande Estratégia Nacional implica delinear as ações estratégicas necessárias para que o Brasil construa uma sociedade livre, justa e solidária; assegure o desenvolvimento nacional; erradique a pobreza e a marginalização; reduza as desigualdades regionais e sociais; e promova o bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação, conforme os preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988.

Já o segundo eixo fundamental da Grande Estratégia Nacional aponta para a realização do imperativo categórico da geopolítica brasileira: colocar o País entre os cinco principais países do mundo, com capacidade para influenciar a reconfiguração da complexa ordem mundial contemporânea, marcada pela competição por mercados e mentes em todo o globo (novo *lebensraum* da era pós-moderna).

Este trabalho acadêmico não pretende apresentar reflexões utópicas, irrealistas, retrógradas ou até mesmo ufanistas, mas sim reafirmar a necessidade de a sociedade brasileira ganhar consciência de todo o potencial geopolítico do Brasil, que, ainda, ruinosamente, não foi convertido em poder real. Quando isso acontecer, o Brasil certamente se posicionará entre as cinco maiores potências do planeta.

Como justificativa epistêmica para a validade da segunda premissa (imperativo categórico da geopolítica brasileira), recorre-se à teoria do Poder Perceptível de Ray Cline (1975), uma abordagem que matematiza o poder do Estado no campo da geopolítica e das relações internacionais.

Sem embargo das críticas que recebeu, a teoria do poder perceptível continua a ser relevante no estudo da geopolítica e das relações internacionais, especialmente em um mundo onde o poder econômico e a estratégia nacional desempenham papéis cada vez mais importantes.

A abordagem de Ray Cline oferece metodologia bem estruturada de avaliar o poder de um país e, na sua esteira, entender as dinâmicas da ordem mundial

pós-moderna em construção, daí a sua relevância para justificar a tese de que o grande imperativo da geopolítica brasileira deve ser o posicionamento do País entre as cinco maiores potências globais.

Ray Cline, um teórico da escola realista, propôs uma fórmula que considera vários fatores: massa crítica (território e população), capacidade econômica, capacidade militar, estratégia nacional (objetivos estratégicos) e vontade de executar a estratégia.⁸

Como pontua Roberto de Oliveira Mafra ressaltando a avaliação feita pelo próprio Ray Cline, durante a Guerra Fria:

Posteriormente, em avaliação feita em 1978, publicada em 1980, o professor Ray Cline colocou o Brasil em terceiro lugar, somente precedido pela União Soviética e pelos Estados Unidos da América, nessa ordem, ficando a China em quarto lugar. [...]. Já no final do século XX, outros analistas do poder das nações afirmam que a China e o Brasil, atuais nações emergentes, também estariam na liderança mundial no século XXI, outro motivo para ambas serem incluídas nos primeiros lugares da relação do Poder Perceptível, logo em seguida dos então líderes, Estados Unidos e União Soviética (Mafra, 2006, p. 150-152).

Com base na fórmula de Ray Cline para comparar o poder de países, constata-se, tristemente, a grande diferença entre as posições do Brasil e da China, em pouco mais de três décadas. Enquanto a China já se projeta como a segunda grande potência do planeta, chegando mesmo a ameaçar a própria hegemonia dos Estados Unidos, o Brasil regrediu, permanecendo um país subdesenvolvido de modernidade tardia do Sul Global.

E a pergunta que se impõe é: por que isso ocorreu?

A nosso sentir, a resposta vem dos componentes S (ligado à formulação dos objetivos estratégicos do Estado) e W (vontade de executar a Grande Estratégia).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, no aspecto “massa crítica”, o Brasil tem extenso território (aproximadamente 14,2 milhões de quilômetros quadrados contando com a Amazônia Azul) e uma população numerosa (mais de 203 milhões de habitantes, de acordo com o último Censo Demográfico de

8 A fórmula matemática de Cline para quantificar o poder de um país é expressa como: $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$ onde: Pp é o poder perceptível, C representa a massa crítica (território e população), E é a capacidade econômica, M é a capacidade militar, S é a estratégia nacional e W é a vontade nacional. (Cline, 1975). Embora a teoria de Cline seja amplamente respeitada, ela não está isenta de críticas. Alguns argumentam que a fórmula simplifica demais a complexidade do poder nacional e não leva em conta fatores como a diplomacia e a influência cultural (Mafra, 2006, p. 150).

2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesses aspectos de massa crítica (território e população), é grande o potencial do Brasil em termos de recursos naturais e de uma base populacional robusta, seja para a composição de um mercado consumidor pujante, seja para o mercado de trabalho e para o recrutamento de pessoas, aí incluídas as forças armadas, o que, evidentemente reforça a tese do grande imperativo categórico da geopolítica brasileira.

No entanto, de outra banda, a análise da posição do Brasil segundo a teoria do poder perceptível de Ray Cline relativo à formulação da grande estratégia e à vontade da sociedade de executar essa estratégia chega a ser melancólica.

Por mais que as variáveis da massa crítica sejam favoráveis ao País (população e território), as demais ficam praticamente nulas diante desses dois grandes fatores (S e W). Com efeito, como já amplamente visto, a falta de uma Grande Estratégia Brasileira, com objetivos claros e bem definidos, vem prejudicando imensamente o desenvolvimento nacional e, na sua esteira, o poder perceptível do Brasil.

De maneira análoga, a falta de consciência da sociedade brasileira com relação ao potencial geopolítico do País impede a evolução econômica e social do Estado como um todo e, no seu rastro, inibe o fortalecimento da sinergia entre indústria-academia-governo (polos estratégicos de desenvolvimento nacional). Em síntese, a falta de uma grande estratégia, aliada a uma vontade nacional sem nenhum compromisso com desenvolvimento geopolítico dificultam o crescimento do poder perceptível do Brasil.

Nesse contexto, surge o terceiro pilar da Grande Estratégia para o século XXI: priorização do desenvolvimento nacional a partir dos seus quatro arquétipos geopolíticos fundantes, que posicionam o Brasil como superpotência energética, superpotência alimentar, superpotência aquífera e superpotência ambiental (verde).

Enfim, o posicionamento brasileiro no mercado de produtos primários (*commodities*) já é de grande relevância, porém insuficiente para transformar todo o potencial do País em poder real, notadamente, nos seus quatro grandes arquétipos geopolíticos (energia, agronegócio, ambiental e água/saneamento básico).

É urgente, portanto, superar a posição periférica do Brasil nas cadeias globais de produtos de alto valor agregado e de alta tecnologia, priorizando os quatro grandes arquétipos geopolíticos do Brasil, com a finalidade de fortalecer e reconstruir os núcleos já existentes e criar novas organizações empresariais e industriais com competitividade internacional juntamente com modernos institutos de excelência acadêmica e centros de pesquisa integrados às cadeias globais de inovação e conhecimento.

Figura 3 – Prioridades da Estratégia Nacional



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Portanto, além de tentar realizar os objetivos fundamentais constitucionais e estar entre as cinco maiores potências do planeta, defende-se, ainda, a tese de que a Grande Estratégia Nacional deve estar alinhada com a plena realização do potencial do país no cenário geopolítico mundial, em benefício da própria sociedade brasileira e, não, de interesses estrangeiros, travestidos de interesses nacionais.⁹

Por exemplo, o Brasil, um dos maiores produtores de matérias-primas e detentor de vasta biodiversidade, seja na Amazônia Verde, seja na Amazônia Azul, enfrenta desafios significativos nesse processo de conversão de potencial em poder real.¹⁰

9 Nesse sentido, como bem destaca o documento - Fundamentos do Poder Nacional - da ESG (2019, p. 136): Não bastasse isso, o chamado mundo desenvolvido pressiona países em desenvolvimento para que estes adotem aquilo que aqueles denominam de boas instituições e procedimentos pretensamente indispensáveis à concretização do desenvolvimento econômico, o que pode bem caracterizar uma falácia, uma vez que a evolução econômica daqueles países nem sempre foi baseada nas boas instituições e bons procedimentos que agora recomendam aos países em desenvolvimento. Tal estratégia está muito bem qualificada por Ha-Joon Chang (2004) em sua obra – Chutando a escada.

10 Neste passo, precisa a lição de Cristina Soreanu Pecequilo: “Quanto mais eficiente for a conversão de poder potencial em real, maior será a possibilidade de um Estado agir no sistema internacional. Mais um exemplo: o Brasil é considerado um dos maiores produtores de matérias-primas e detentor de biodiversidade no mundo, porém o processamento de muitas dessas matérias-primas não é realizado aqui, mas sim no exterior. O Brasil, portanto, possui poder potencial que não consegue converter em poder real, permitindo que outros agreguem valor e consigam domínio a partir de seus recursos, deixando, além disso, muitos dos recursos sem exploração” (Pecequilo, 2005, p. 57 e 58).

Grande parte das matérias-primas do Brasil é processada no exterior, e, depois, exportadas para o País com alto valor agregado, o que impede a transformação desse potencial em poder efetivo.

Dessarte, o Brasil deve priorizar o seu desenvolvimento nacional, com base nesses quatro grandes arquétipos geopolíticos, o que evidentemente não impede o desenvolvimento de outras áreas, como, por exemplo, o setor aeroespacial.

Neste momento, em meio à Guerra na Ucrânia e ao Conflito no Oriente Médio, surge uma oportunidade significativa para o Brasil se inserir internacionalmente. O novo processo de reorganização das cadeias globais de valor e inovação fixa diversas possibilidades, notadamente os conceitos de *near-shoring* e *friendly-shoring*, que desempenham um papel crucial na reconfiguração da ordem mundial pós-moderna em construção. Tais conceitos são estrategicamente importantes porque projetam a disputa pelo controle das cadeias globais entre as potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, e as potências eurásianas capitaneadas pela China.

Portanto, o presente estudo visou demonstrar que o modelo de uma Grande Estratégia deve promover a integração harmoniosa da hélice tríplice em todos os elos das cadeias internacionais, incluindo a produção, a distribuição, a inovação tecnológica e a transferência de conhecimento, de forma a maximizar a competitividade e a inserção internacional do Brasil no cenário global pós-moderno em construção.

Figura 4 – Esquema geral da Estratégia Nacional



Fonte: Elaboração do autor (2024).

É por isso que, na sequência, o presente trabalho vai sistematizar a ideia da tríade do poder mundial (EUA, União Europeia, China), exatamente com esse espírito de identificar aqueles arranjos de cooperação multilateral que fortaleçam a resiliência dos núcleos já estabelecidos e/ou que possibilitem a competitividade internacional de novos núcleos emergentes.

Organismos de cooperação, como o Mercosul, a União Europeia, os BRICS, e acordos bilaterais com os Estados Unidos e a China podem desempenhar um papel fundamental no aumento da tenacidade e na ampliação do número de organizações empresariais e universidades brasileiras inseridas nas cadeias globais.

Tais mecanismos multilaterais e bilaterais têm o potencial de proporcionar acesso a novos mercados, ampliando as oportunidades de crescimento e aumento de competitividade internacional dos nossos núcleos estratégicos. Da mesma forma, a colaboração científica entre países de diferentes blocos internacionais pode acelerar a inserção de seus membros nas cadeias globais de pesquisa e inovação.

Além disso, muitas dessas organizações internacionais possuem órgãos de financiamento para projetos de pesquisa e desenvolvimento comercial, como, por exemplo, o Banco dos BRICS, o que evidentemente pode beneficiar tanto universidades quanto indústrias. Por último, impende ainda salientar que a cooperação internacional também ajuda na harmonização de marcos regulatórios, que podem facilitar os fluxos internacionais de comércio e a colaboração entre empresas de diferentes países.

É nessa perspectiva que, na sequência, vamos sistematizar a Grande Estratégia do Brasil a partir das tríades sul-americana, atlântica e do poder mundial.

5 TRÍADE SUL-AMERICANA, TRÍADE ATLÂNTICA, TRÍADE DO PODER MUNDIAL: EIXOS FUNDANTES DA GRANDE ESTRATÉGIA DO BRASIL

Nessa segmentação temática, este trabalho pretende apresentar as três grandes vertentes de uma futura Grande Estratégia Nacional para o Brasil no século XXI.

Como amplamente visto, dentro de um contexto mundial regido pela tensão geopolítica entre os Estados Unidos e a China, propõe-se um modelo de Grande Estratégia que abarque três grandes tríades de fortalecimento do poder nacional brasileiro: a tríade sul-americana, a tríade atlântica e a tríade do poder global.

Com relação à primeira tríade, a tríade sul-americana, importa, inicialmente, salientar que o artigo 4º, § único, da Constituição de 1988, preconiza que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Brasil, 2024).

Tal dispositivo constitucional não deixa de ser uma orientação geopolítica importante para a Grande Estratégia brasileira. No entanto, acredita-se que a integração latino-americana, muito embora seja a melhor trajetória geopolítica a trilhar para o longo prazo, é de difícil execução.

Nesse passo, o México já se encontra irremediavelmente vinculado aos EUA (notadamente agora a partir do *friendly-shoring* da reordenação das cadeias globais); os países do Caribe e da América Central também estão mais próximos estrategicamente dos Estados Unidos do que qualquer outro país sul-americano; enfim uma integração deste jaez seria praticamente impossível, pelo menos a curto ou médio prazo.

Em consequência, a melhor alternativa para a Grande Estratégia brasileira é a redução do nosso espaço vital para o subcontinente sul-americano. Este é, sem dúvida, nosso verdadeiro *lebensraum*, nosso efetivo espaço vital.

Sustenta-se, portanto, o argumento de que a integração sul-americana deve ser o ponto de partida, mas não o ponto de chegada da Grande Estratégia brasileira, na medida em que é apenas o primeiro passo de um desenho estratégico muito amplo, que ainda abarca a tríade atlântica e a tríade do poder mundial.

Seus pontos centrais são a saída brasileira para o Oceano Pacífico, a interligação das bacias amazônica e platina e a criação de núcleos estratégicos multilaterais para a exploração da biodiversidade da Pan-Amazônia.

Figura 5 – Integração da América do Sul



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Dessarte, o primeiro desafio da Grande Estratégia brasileira para o século XXI é fazer a interligação dos três conjuntos geopolíticos do cenário sul-americano, isto é, o Arco Amazônico, a Comunidade Andina de Nações e o Cone Sul.

Doutrinadores há que acreditam que a integração sul-americana é um modelo superado de projeção geopolítica do Brasil. Para outros, entretanto, a integração

sul-americana continua a representar a pedra angular no projeto de reafirmação do Brasil como potência global no século XXI.

Cabe, portanto, refletir acerca da melhor alternativa estratégica para o Brasil em tempos de desglobalização da economia mundial, iniciada pela Doutrina Trump (2017), e potencializada pela crise do coronavírus (2019), e agora pelas guerras da Rússia x Ucrânia (2022) e de Israel x Hamas (2023), com potencial para escalar e ampliar o número de contendores.

Tal situação vem criando uma reorganização/regionalização das cadeias globais de suprimentos e produção, acompanhada de uma grande tentativa de repatriação da indústria nacional das potências ocidentais, com o fito de reduzir os riscos advindos dessa dependência das potências classificadas como revisionistas pela NSS estadunidense, notadamente a China e a Rússia.

Diante desse contexto, a junção estratégica da América do Sul deve ser feita a partir da criação de núcleos estratégicos multilaterais que explorem as suas vocações naturais sob a ótica de intercomplementaridade sub-regional.

Para tanto, a Grande Estratégia brasileira necessita sistematizar a integração da tríade sul-americana. Sem essa visão ampla não será possível moldar o sistema de forças geopolíticas sul-americanas em direção única. Não há outro caminho a trilhar a não ser assumir a liderança da tríade sul-americana.

Com relação ao Arco Amazônico, comparando as obras de Golbery e Meira Mattos, Freitas (2004, p. 65-66) salienta que:

Na linha de Golbery do Couto e Silva, também subjaz ao pensamento de Meira Mattos a procura de estabelecer uma geopolítica aplicada tendo inerente a ideia de que “as relações geográficas compreendidas devem estar contidas na política do governo”. [...] merecem especial destaque o enfoque geopolítico dado à complexa questão da integração da Amazônia, o particular interesse devotado pelo autor ao estudo das potencialidades e desafios geopolíticos do Brasil como “potência mundial em expansão”; e, de forma mais ampla, a análise sobre a capacidade do “homem brasileiro” de construir uma civilização dos trópicos, ou, em outros termos, as potencialidades para o Brasil competir no cenário mundial.

Cabe ao estrategista pátrio, pois, a tarefa de articular um grande cluster aglutinador da exploração desse patrimônio genético nacional.

Sem investimentos significativos nos núcleos estratégicos próprios da região (instituições empresariais, universidades e entes estatais, por exemplo, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) atrelados ao patrimônio genético nacional, o processamento e a agregação de valor continuarão a ser feitos no exterior, sem gerar renda e empregos de qualidade dentro do próprio Brasil, dono desse rico patrimônio genético, porém sem capacidade de explorá-lo integralmente.

Da mesma forma, as pesquisas científicas em torno da biodiversidade devem ser priorizadas em todas as instituições de pesquisa e ensino dos países amazônicos, visando a agregar valor às suas descobertas e assegurando as patentes sul-americanas, evitando assim a fuga de recursos pela pirataria e tráfico ilegal de ervas e sementes. A questão indígena tem que ser solucionada em sintonia com a perspectiva de incrementar a exploração dos minerais nobres da Amazônia, sem violação dos seus direitos constitucionais.

Em suma, é na vertente do Arco Amazônico que o Brasil pode consolidar sua posição de superpotência ambiental e aquífera.¹¹

Já integração da Comunidade Andina de Nações é bem mais complicada, mas nem por isto impossível. O ponto nodal do posicionamento geopolítico brasileiro dentro da frente andina deve apontar para a saída brasileira para o Oceano Pacífico.

Nesse sentido, defende-se a tese de que tal saída perpassa necessariamente pela complexa cooperação entre o Mercosul (nível Mercado Comum) e a Aliança para o Pacífico (nível Zona de Livre Comércio), cuja liderança fica a cargo do México, contando ainda com o Chile, a Colômbia e o Peru.¹²

Finalmente, o Mercosul que é inquestionavelmente o principal fórum da integração sul-americana. As outras duas frentes, a amazônica e a andina, são complementares dentro do processo de inserção internacional da América do Sul.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o desafio maior da Grande Estratégia brasileira na tríade sul-americana é reverter o posicionamento geopolítico pendular da Argentina, ora se alinhando aos EUA, ora ao Mercosul. Com efeito, a Argentina é fundamental para a vitalidade do Cone Sul.¹³

11 Com efeito, o país abriga a maior parte da Floresta Amazônica, que é crucial para a concepção de empreendimentos da bilionária indústria de fármacos. Tal indústria é impulsionada pela constante demanda por medicamentos, vacinas e tratamentos inovadores, que dependem de investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento voltados para a biodiversidade e seu processo de bioprospecção. A Grande Estratégia brasileira deve atrair investimentos estrangeiros para criação de empresas voltadas exclusivamente para a transformação desse potencial em poder real. Enfim, a exploração do enorme potencial da biodiversidade da Amazônia deve ser feita estrategicamente de modo a incluir a indústria e as universidades brasileiras e sul-americanas na descoberta de novos medicamentos e tratamentos, beneficiando tanto a saúde humana quanto a economia da região como um todo.

12 A recusa chilena de entrar para o Mercosul também é fator de desintegração sul-americana. A decisão chilena em se tornar membro observador do Mercosul deve ser interpretada com cautela. Na verdade, não se pode olvidar que a política externa chilena tende naturalmente a negociações bilaterais de livre comércio com países desenvolvidos.

13 Infelizmente, a sociedade argentina não consegue aceitar a natural liderança brasileira no contexto sul-americano, vide o seu voto contrário à pretensão brasileira de se tornar membro do Conselho de Segurança Permanente da ONU. A declaração de um ex-ministro argentino no sentido de que as relações com os EUA eram carnais, denota claro vínculo de subordinação política daquele país. Os argentinos ainda não aprenderam a lição da Guerra das Malvinas, ocasião em que os EUA desconsideraram por completo a nação argentina. Foi muita pretensão ou ingenuidade pensar que os americanos apoiariam a Argentina em detrimento de seu tradicional aliado europeu, o Reino Unido.

Em outras palavras, assim como não existe acordo Mercosul-União Europeia sem o Brasil, da mesma forma, não existe Mercosul sem a Argentina.

Em termos estratégicos, destaca-se ainda a importância da interligação das bacias amazônica e platina, tal qual preconizado por Mario Travassos (1947), na medida em que potencializa o desenvolvimento econômico, a integração regional e a própria segurança nacional.

A interligação direta da Bacia Amazônica, a maior do mundo, e a Bacia Platina, a segunda da América do Sul, pode revolucionar o sistema de transporte de mercadorias em termos de redução de custos, o que naturalmente aumenta sua competitividade em relação com o modal rodoviário, além de ser uma alternativa mais aderente à iniciativa mundial de conservação ambiental.

A segunda tríade da Grande Estratégia brasileira é a tríade atlântica, aqui vislumbrada como a base fundante da oceanopolítica brasileira.

Isto porque abarca os três principais espaços marítimos da geopolítica brasileira, isto é, a Amazônia Azul, a projeção brasileira para a África Ocidental e a Frente Antártica. E mais: levando-se em consideração o imperativo categórico da geopolítica brasileira, as ações estratégicas relativas à tríade atlântica podem contribuir largamente para consolidação do Brasil como uma superpotência energética e ambiental.

Figura 6 – Pilares da oceanopolítica brasileira



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Com efeito, a oceanopolítica enquanto geopolítica do uso do mar como instrumento de desenvolvimento nacional tem a missão de desvelar as relações de poder entre Estados, daí a conexão epistemológica entre a potencialização do uso dos recursos do mar e o posicionamento do Brasil como uma superpotência energética e ambiental.

Na Amazônia Azul, por exemplo, desponta a perspectiva de exploração econômica de novas tecnologias de uso do mar, tais como a energia eólica offshore, que vai demandar a criação de novos núcleos estratégicos para aproveitar os ventos fortes e constantes para gerar eletricidade.

De modo análogo, a exploração do pré-sal e agora com a possibilidade de exploração na margem equatorial, que pode induzir a reconstrução da indústria naval do Brasil. Além disso, a Amazônia Azul projeta a perspectiva de exploração de uma biodiversidade marinha riquíssima, com espécies ainda desconhecidas e com potencial para a elaboração de novos medicamentos e outros produtos de alto valor agregado.

Sob a égide da tríade atlântica, a Grande Estratégia brasileira ainda tem a tarefa de planejar novos empreendimentos brasileiros na região da África Ocidental, que é rica em recursos naturais, como petróleo, gás e minerais, além de ter um mercado em crescimento para produtos industriais brasileiros.

Por fim, a região da Antártica, que, muito embora seja protegida por tratados internacionais que limitam a exploração de seus recursos, projeta grande potencial econômico para o futuro. Nesse diapasão, a região apresenta um horizonte promissor para a ciência e a economia, com o Brasil bem posicionado, não apenas por ser signatário do Tratado da Antártica, mas, também pela sua presença na Estação Antártica Comandante Ferraz, cujo campo de atuação pode e deve ser ampliado.

Na sequência, destaca-se agora a terceira tríade da Grande Estratégia e que é a tríade do poder mundial, abarcando as relações com os Estados, Europa e China.

Nesse sentido, correntes de pensamento há que defendem a ideia de que a Grande Estratégia de desenvolvimento do Brasil deve ser feita a partir da abertura da economia nacional, sem nenhum tipo de proteção de seus polos de desenvolvimento, dentro de uma perspectiva liberal internacionalista.

Para outras, entretanto, tal estratégia deve ser concebida a partir da integração desses núcleos estratégicos aos elos das cadeias globais de valor e tecnologia. Ou seja, defendem a ideia de que o Brasil não pode ser mero mercado consumidor em determinados setores da economia mundial, notadamente nos ambientes energético, agroindustrial, ambiental e aquífero, daí a visão de aumento da resiliência e expansão da hélice tríplice industrial e tecnológica do Brasil.

Em decorrência, a pergunta é simples: um país com mais de 200 milhões de habitantes pode renunciar aos seus polos tecnológicos, industriais, comerciais, científico-acadêmicos, transformando-se em mera sociedade de serviços, exportadora de produtos primários, sem valor agregado?

Eis aqui o grande dilema estratégico das nações menos desenvolvidas, como, desafortunadamente, ainda é o caso do Brasil: se se alinharem automaticamente às potências mundiais, provavelmente serão obrigados a aceitar o simples papel de exportadores de *commodities*, sem nenhum tipo de inserção nas redes mundiais de valor e inovação tecnológica.

Por outro lado, se rejeitarem grandes acordos multilaterais de abertura comercial e cooperação científica, poderão ficar isolados dos maiores mercados consumidores do planeta e, principalmente, das grandes cadeias internacionais, que se encontram em reordenação no mundo pós guerra da Rússia x Ucrânia / Conflito Hamas x Israel.

Nesse ponto, observe, mais uma vez, a importância da ideia de “aumento da vitalidade e da ampliação da hélice trílice de desenvolvimento” como base fundante da Grande Estratégia Nacional.

Isto significa que o Brasil não pode renunciar ao crescimento da sua hélice trílice de produtos de alto valor agregado e intensivos em tecnologia e mão de obra qualificada, que engloba os estabelecimentos empresariais internacionalmente competitivos, as universidades e centros acadêmicos inseridos nas cadeias de pesquisa e inovação e o próprio governo, seja como agente normativo de marcos regulatórios, seja como agente financiador.

Em vista disso, o papel do Estado é garantir que a hélice trílice funcione bem, incluindo as relações governo-universidade, universidade-indústria e indústria-governo (Etzkowitz; Zhou, 2017). Como bom exemplo de não cumprimento dessa atuação estratégica do Estado, pode-se citar, no Brasil, o setor de telecomunicações, no qual não há mais, praticamente, nenhum núcleo estratégico brasileiro relevante com competitividade internacional.¹⁴

Em suma, com relação aos centros mundiais de poder, nossa estratégia deve ser a de manter posição firme de não alinhamento automático e subserviente com nenhum dos polos de poder mundial.

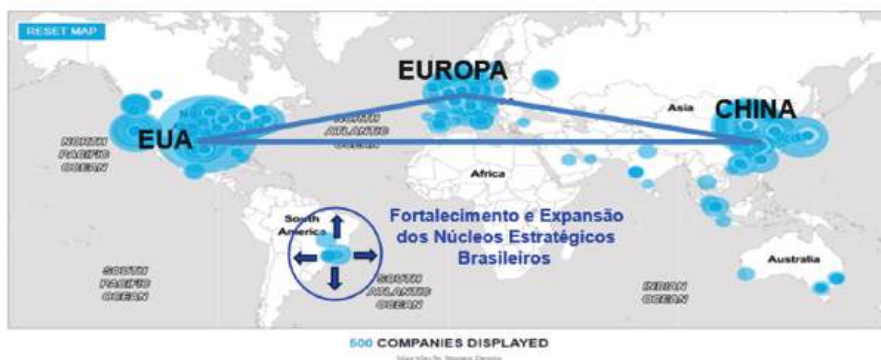
Isto significa que o Brasil deve adotar uma estratégia de equilíbrio em relação às duas superpotências, na medida em que são grandes parceiros comerciais. Manter uma posição neutra permite ao Brasil maior autonomia na busca pela criação de novos eixos de desenvolvimento, atraindo assim maiores investimentos em infraestrutura, tecnologia e outros setores estratégicos no Brasil advindos de ambas superpotências.

14 De fato, não existem mais empresas brasileiras atuando internacionalmente na tecnologia 5G, se movendo para o 6G, na construção de satélites de comunicações, o projeto do veículo lançador de satélites (VLS) caminhando a passos lentos, depois do acidente na Base de Alcântara, em 22 de agosto de 2003, com a morte de 21 profissionais altamente qualificados; inexistência de iniciativas concretas para construção própria de sistemas de georreferenciamento, também conhecidos como sistemas de navegação por satélite e muitos outros exemplos. Os seguintes países possuem seus próprios sistemas de navegação por satélite: Estados Unidos: GPS (Global Positioning System); Rússia: GLONASS (Global Navigation Satellite System); União Europeia: Galileo; China: BeiDou; Japão: QZSS (Quasi-Zenith Satellite System) e Índia: NavIC (Navigation with Indian Constellation).

A figura abaixo mostra as grandes corporações multinacionais concentradas principalmente nos EUA, Europa e China. Pela imagem verifique que a Grande Estratégia brasileira tem a missão de expandir o rol de empresas brasileiras no ranking dessas maiores do mundo.

Figura 7 – Força geopolítica dos núcleos estratégicos do poder mundial

TERCEIRA TRÍADE DA GRANDE ESTRATÉGIA BRASILEIRA Tríade do Poder Mundial



Fonte : www.fortune.com

Fonte: *Fortune*, 500 maiores empresas mundiais com adaptações do autor (2024).

Em conclusão, o Brasil deve continuar a buscar uma posição de equilíbrio, maximizando os investimentos produtivos advindos dos centros mundiais de poder, ao mesmo tempo em que busca maximizar também o desenvolvimento e a proliferação das instituições empresariais e acadêmicas brasileiras, tanto da tríade sul-americana quanto da tríade atlântica. Esta parece ser a melhor estrada para o futuro do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou demonstrar que a inexistência de uma Grande Estratégia Nacional, genuinamente brasileira, nos moldes da *National Security Strategy* dos Estados Unidos, coloca o Brasil à deriva, um país sem rumo, sem saber aonde quer chegar, facilmente influenciado por estratégias externas. Isto nos afasta cada vez mais do imperativo categórico da nossa geopolítica, qual seja: estar entre as cinco maiores potências globais. (Góes, 2022, p. 76).

Nesse sentido, propõe um modelo de Grande Estratégia que se pauta em três grandes tríades, que podem potencializar o poder nacional brasileiro a partir da consolidação, diversificação e propagação das organizações empresariais e

acadêmicas, componentes da hélice trílice brasileira, modelo essencial para promover a inovação e o desenvolvimento baseado no conhecimento tecnológico.

Um país com núcleos estratégicos fortes e consolidados pode promover o crescimento da sua economia, sustentar suas forças armadas, investir em tecnologia e infraestrutura, e exercer influência geopolítica sobre outros países.

Em perspectiva comparada com as NSS americanas, procurou-se demonstrar que a Grande Estratégia do Brasil para o Século XXI tem a missão de promover a redução da pobreza e da marginalização, bem como das desigualdades sociais e regionais, dentro de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos do art. 3º, incisos I a IV, da Constituição da República de 1988.

Uma nação sem estratégia nacional autóctone dificilmente poderá formular ações estratégicas eficazes de combate à pobreza, à marginalização, à exclusão social e à desigualdade regional.

Desta forma, a futura estratégia do Brasil deve priorizar o desenvolvimento nacional com base em quatro pilares principais: energia, alimentação, água e meio ambiente, tornando o país uma superpotência nesses setores. Em outros termos, a inexistência de uma estratégia eficiente impede o Brasil de capitalizar todo seu potencial, limitando sua capacidade de se afirmar como uma potência global e comprometendo seu papel estratégico no cenário internacional.

É urgente que o Brasil deixe de ser periférico nos fluxos internacionais de bens de alto valor e inovação tecnológica, focando nos seus quatro grandes pilares geopolíticos, de modo a fortalecer e reconstruir os núcleos empresariais e instituições de pesquisa existentes e de criar novos que possam competir internacionalmente.

Para tanto, o presente trabalho sugere a formulação de uma Grande Estratégia autóctone a partir de três grandes tríades a saber: tríade sul-americana, tríade atlântica e tríade do poder central.

A primeira tríade sugere que a integração da América do Sul seja feita com interligação dos três principais conjuntos geopolíticos da região: Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul. De fato, o Brasil é o único país com dimensão geopolítica suficiente para exercer a liderança regional, traçando um futuro autônomo para o mundo sul-americano.

A segunda tríade da Grande Estratégia brasileira é a tríade atlântica, que forma a base da oceanopolítica do País. Ela inclui a Amazônia Azul, a projeção brasileira para a África Ocidental e a Frente Antártica. Essa tríade é crucial na nova configuração energética global, que envolve não só a diversificação das fontes de energia verde, mas também a competição geopolítica pelo controle do mercado global de energia entre grandes corporações empresariais e entidades governamentais, verdadeiros núcleos estratégicos de seus respectivos países de origem.

Finalmente, a terceira tríade, denominada tríade do poder mundial, que se conecta com as relações estratégicas com Estados Unidos, Europa e China, sem desconsiderar, entretanto, as demais potências, notadamente, Índia, Rússia e Japão. O seu eixo central baseia-se na rejeição de alinhamentos automáticos e subservientes, especialmente com os Estados Unidos e a China.

Em síntese, a grande **estratégia da tríplice tríade** (tríade sul-americana; tríade atlântica; tríade do poder mundial) tem como base fundante o fortalecimento e a expansão da **hélice tríplice** (empresas; universidades; governo).

REFERÊNCIAS

BERCOVICI, Gilberto. O Estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. *E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos*, n. 2, jan. /jun., 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 5 de outubro de 1988. Organização de Alexandre de Morais. 52. ed. Barueri (SP): Atlas, 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos do poder nacional*. Rio de Janeiro: Ed. ESG, 2019.

CLINE, Ray S. *World Power Assessment: a calculus of strategic drift*. Boulder: Westview Press, 1975.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. *Triple helix: university-industry-government innovation and entrepreneurship*. London: Routledge, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190003>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FORTUNE. [Imagens]. 2024. Disponível em: www.fortune.com. Acesso em: 20 jun. 2024.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. *A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva; Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

GÓES, Guilherme Sandoval. *A geopolítica da energia no século XXI*. Rio de Janeiro: Synergia, 2022.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e Constituição à luz do Estado Democrático de Direito. *Revista Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 9, n. 18, jul./dez. 2020, p 107-131.

GÓES, Guilherme Sandoval. Por onde andar a Grande Estratégia brasileira? (Estados Unidos e Brasil em estudo comparado). *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 36-67, jul./dez. 2008.

GÓES, Guilherme Sandoval. 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: em busca de uma Estratégia de Segurança Nacional para o Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*. v 37. n. 80, p 65-93 maio-ago. 2022.

IRTI, Natalino. *Geodireito*. Tradução de Alfredo Copetti Neto e André Karan Trindade. Conferência sobre biodireito e geodireito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

KELLY, Phillip L. Avanços recentes da geopolítica do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 738. Jul.-ago., 1988.

LLOYD, Richmond M. *Strategy and force planning framework*. Naval War College: Newport, RI, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino* Geopolítica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MAFRA, Sergio Machado de Oliveira. *Geopolítica: Introdução ao Estudo*. Rio de Janeiro: Sicurezza, 2006.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National Strategy of Defending: the nation against its enemies*. Administration of Georg W. Bush. Washington, D.C. Press, Sep. 2002.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National strategy of making America great again*. Administration of Donald Trump. Washington, D.C. Press, dec. 2017.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National Strategy of Engagement and Enlargement*. Administration of William Clinton. Washington, D.C. Press, Feb. I. 1996.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *National Strategy of Nation Renewal and Global Leadership*. Administration of Barack Obama. Washington, D.C. Press, May. 2010.

UNITED STATES OF AMÉRICA. *Renewing America's Advantages* - interim national security strategic guidance of Joseph R. Biden. Washington, D.C. Press, Mar. 2021.

Recebido em: mar. 2024.

Aceito em: jun. 2024.